



A DITADURA NOS MATA DE FOME PARA PAGAR A DÍVIDA

Eleições Diretas: A campanha ganha as ruas

alicerce
da juventude socialista



Nº 34

Cr\$ 150,00

De 26/11/83 a 03/12/83

HISTÓRIA DAS INTERNACIONAIS OPERÁRIAS (II)

A História da Segunda Internacional abrange o período de transição entre duas épocas: a de desenvolvimento do capitalismo e do avanço de suas forças produtivas, isto é, da melhoria geral das condições de vida da Humanidade, com a ampliação, pela técnica, de seu controle sobre a natureza; e a de agonia mortal do capitalismo, na qual este só pode



relegar a classe trabalhadora mundial à miséria e à destruição sem limites, desenvolvendo as forças destrutivas mais colossais já conhecidas pelo homem. A Segunda Internacional surgiu no acaço da primeira época e deu seus primeiros e decisivos passos na aurora da segunda, a época do imperialismo. Politicamente, não resistiu a tão profunda mudança. De qualquer modo, sob a época imperialista, transparece mais claramente o caráter do internacionalismo proletário: ele não decorre de profissão de fé, nem se explica meramente pela solidariedade internacional entre os trabalhadores. Ele decorre do fato de que o capitalismo desenvolveu a nível mundial as forças produtivas (ciência, técnica, indústria) e agora se vale desse desenvolvimento para agrilhoar e sufocar na dependência os países atrasados do mundo. Como diz Trotsky em *A Revolução Permanente*, "o internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do impeto mundial da luta de classes". Ou seja, a Revolução Socialista será mundial, ou não será. A chave para a sua vitória está, pois, na construção de um partido revolucionário mundial.

A Segunda Internacional e seu tempo

A partir da derrota da Comuna de Paris e do fim político da AIT, tiveram que se passar 17 anos para que os trabalhadores novamente reunissem forças para fundar uma nova Internacional. As décadas de 70 e 80 do século passado foram de reacionarismo político e de grande repressão em toda a Europa. Sob essas condições, o capitalismo conheceu um rápido crescimento industrial.

Contraditoriamente, esse desenvolvimento capitalista imprimiu um grande impeto ao movimento operário, em seu nível mais elementar, com os sindicatos conseguindo reagrupar forças e avançar no terreno das reivindicações mínimas,

como as 8 horas de trabalho, a legislação previdenciária, entre outras. Esse processo se tornou mais profundo na Alemanha. Foi aí onde os sindicatos mais se desenvolveram, dando base à constituição da nova Internacional a partir principalmente do movimento operário alemão, da mesma forma que a I Internacional tivera seu eixo na Inglaterra. Após sua unificação em estado nacional, em 1871, a Alemanha entrou em uma era de expansão industrial similar à que havia passado a Inglaterra vinte anos antes.

No plano da organização política do proletariado, nasceu na Alemanha, como fruto desse poderoso processo de

ressurgimento das lutas sindicais, o Partido Social-Democrata, que agrupava em seu interior os socialistas marxistas.

Rapidamente esse partido operário ganhou força e influência no movimento operário, avançando de 102 mil votos nas eleições parlamentares de 1871 para 493 mil votos em 1877. Esse quadro contrastava profundamente com a apatia e o refluxo dominantes na Inglaterra. Em relação a isso, Engels dizia: "A participação no domínio do mercado mundial foi e continua sendo a base para a nulidade política dos trabalhadores ingleses, que compartilham, em pequena escala, das vantagens que decorrem desse domínio mundial dos patrões ingleses."

Três fatores vieram a modificar essa situação no final da década de 80: a perda do monopólio industrial pela Inglaterra, seguida de crise econômica e desemprego que provocaram o surgimento de um novo sindicalismo neste país, ao lado da ascensão firme e enérgica do movimento operário socialista alemão.

O surgimento da segunda internacional (1889-1904)

Após o surgimento na França de um forte partido socialista, na Inglaterra da Federação Social-Democrata, do aparecimento de partidos operários e socialistas na Bélgica, Dinamarca, Suécia, Suíça, Áustria, Itália e Estados Unidos, se criaram as condições para a fundação da Segunda Internacional. Em 1889 aconteceu o seu primeiro Congresso, que definiu sua primeira grande luta internacional, pelas 8 horas diárias de trabalho, marcada por uma jornada mundial de manifestações e combates para o dia 1º de maio, em homenagem aos combatentes operários norte americanos que foram executados por dirigirem a histórica greve de Chicago, pela conquista dessa reivindicação. A partir daí e até 1914, a Segunda Internacional foi a direção reconhecida da vanguarda operária em todo o mundo.

A luta contra o oportunismo reformista (1904-1914)

Nas vésperas de 1904 já se havia desencadeado dentro da Internacional uma luta política contra o reformismo, ou seja a concepção de que os males do capitalismo serão suprimidos gradativamente por reformas na própria sociedade burguesa e

não pela revolução dos trabalhadores. Já em 1899, Rosa de Luxemburgo, dirigente revolucionária alemã, publicou o seu livro *Reforma ou Revolução*, contra o reformismo de Bernstein. Na França, a luta chegava a extremos nesse mesmo ano, quando o membro do Partido Socialista, Millerand, aceitou o cargo de ministro da Indústria do governo burguês. A partir de 1905, um novo e poderoso fato da luta de classes mundial veio aprofundar essa polarização entre revolucionários e reformistas no interior da Segunda Internacional: estourou nesse ano a primeira revolução russa. Após a derrota dessa primeira revolução dos soviets, que foi, segundo Lenin e Trotsky, o grande ensaio para a futura Revolução de Outubro, o debate se tornou mais acirrado. A premissa dos reformistas se baseava na crença de que bastava aos trabalhadores a posse de um programa mínimo, sindical e democrático, para forçar a burguesia a fazer concessões cada vez maiores até a consumação da transição ao socialismo. Não viam estes setores que já havia soado a hora do imperialismo, da agonia mortal do capitalismo, que, a partir daí, não mais cederia outra coisa aos trabalhadores que não a miséria e a destruição crescentes. A base material, econômica desse revisionismo reformista foi dada pelo surgimento, nos primeiros anos do século XX, de uma parcela minoritária do proletariado dos países imperialistas que se beneficiava conjuntamente da superexploração de suas nações sobre as colônias e semicolônias da Ásia, África e América Latina. A esse setor, subornado e corrompido pelos governos imperialistas, chamamos aristocracia operária. Sobre essa base material, o oportunismo cresceu enormemente, se consolidando na direção da Segunda Internacional. Esse processo teve seu ponto culminante quando, em 1914, essa direção deu o seu apoio à deflagração da I Guerra Mundial inter-imperialista e de massa aos trabalhadores. Esse foi o marco da falência da II Internacional, que até hoje sobrevive como porta voz direto dos imperialismos europeus. O que ocorreu de mais importante nesse período foi o surgimento de uma ala esquerda, revolucionária, liderada por Lenin e Trotsky na Rússia, expressa pelo Partido Bolchevique, e por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, dirigentes da Liga Espartaco na Alemanha. Sob a condução dessa nova direção, se daria a primeira revolução socialista vitoriosa, a de Outubro de 1917 na Rússia, e o surgimento da nova Internacional revolucionária.

O Partido Bolchevique, expressão maior da corrente revolucionária

Os 50 anos de lutas, triunfos e derrotas da classe operária, também foram forjando, na luta contra o reformismo, em escala internacional, uma esquerda revolucionária. A expressão mais alta desse processo foi o surgimento do Partido Bolchevique na Rússia. Foi um novo tipo de partido marxista, o único consequentemente marxista revolucionário, organizado para dirigir a luta pela tomada do poder.

A consolidação final desse partido, como partido revolucionário com influência de massas, resultado maior desses 50 anos de combate, somente se completou em 1917. Mas já a partir de 1902 esta organização havia surgido como partido claramente diferenciado do oportunismo da direção da II Internacional, com a divisão do Partido Operário Social Democrata Russo em duas alas: a bolchevique (maioria) e menchevique (minoria).

O partido Bolchevique é um caso único e sua existência e desenvolvimento

obedeceram a uma combinação de circunstâncias excepcionais: sob o regime czarista não houve margem para uma política reformista. A tarefa de derubar a monarquia, numa etapa revolucionária, recaiu sobre os ombros de um proletariado industrial jovem e altamente concentrado, parte do proletariado europeu. A direção desse proletariado também era parte das correntes existentes dentro do proletariado europeu (houve tendências anarquistas, marxistas, e entre estas, reformistas e revolucionários). Foi a combinação de todos estes fatores que levaram à construção de um partido independente, sem os anarquistas e sem os reformistas, altamente centralizado, com revolucionários profissionais.

Esta combinação de circunstâncias fez com que surgisse a moderna expressão do partido revolucionário, construído para tomar o poder em escala nacional e internacional, impondo a ditadura revolucionária do proletariado.

Assine Alicerce

Nome _____
 Rua _____
 Bairro _____ CEP _____
 Cidade _____ Estado _____
 Profissão _____ Idade _____

Alicerce é uma publicação da ACS Editora Ltda., Rua Maestro Cardim, 1048, Liberdade, São Paulo - CEP 01323 - Fone: 289.1663, Diretor Responsável: A. Schreiner. Registrado no 5º Registro de Títulos e Docs. sob o nº 2330, livro A. Composição: Proposta Editorial Ltda. Fone: 263.7400. São Paulo. Impresso nas oficinas da Cia. Editora Jorúês.

Para receber Alicerce todas as semanas, durante seis meses, basta preencher o cupom acima e enviar junto com um cheque nominal ou vale postal no valor de Cr\$ 3.600,00 (normal) ou Cr\$ 6.000,00 (solidária). Envie para ACS Editora Ltda., Rua Maestro Cardim, 1048 - 01323 - S. Paulo - SP.



A luta por eleições diretas ganha as ruas!



Há 20 anos, os trabalhadores não votam para presidente. Durante esse longo período, sob o poder dos generais de 64, o povo trabalhador tem sido explorado e reprimido para garantir os altos lucros dos patrões nacionais e estrangeiros, sobretudo, dos imperialistas. Hoje, sob o sufoco da monstruosa dívida externa de 100 bilhões de dólares e dos acordos com o FMI para pagá-la, essa exploração se tornou insuportável. Ninguém aguenta mais o arrocho do 2065, a falsificação do INPC, a carestia, o desemprego, a repressão. Em suma: ninguém aguenta mais a ditadura militar. Na cabeça de cada trabalhador, uma exigência se faz cada vez mais clara: **Fora Figueiredo e Delfim, já! Queremos eleições diretas para presidente!**



O programa levado ao ar pelo PT de São Paulo na sexta-feira, dia 18, captou com precisão esse sentimento ao se lançar contra a ditadura e contra os governos estaduais de oposição que, como o de Montoro, executam fielmente seus planos econômicos. Na sua intervenção, Lula definiu corretamente o marco em que se deve dar a batalha pela conquista de eleições livres e diretas para presidente. **O restabelecimento das eleições diretas, explicado Lula, deve ser alcançado pela ampla mobilização de toda a sociedade, nas ruas, e não num grande conchavo feito sob qualquer pretexto.** E arrematou: **"É nas ruas, como iremos demonstrar no próximo dia 27, que a gente irá conquistar o direito de elegermos o presidente"**. Concordamos totalmente com essa formulação. Não é outra que temos defendido nas páginas de nosso jornal e nas lutas cotidianas da nossa classe.

O Ato do dia 27 em São Paulo (Praça Charles Miller) chamado pelo PT, pela CUT e por outras entidades democráticas, surge como um referencial de mobilização colocado para os trabalhadores de todo o país. A partir dele, uma ampla campanha nacional deverá ser deflagrada pela conquista dessa reivindicação democrática central.

Onde está a campanha por eleições diretas anunciada pelo PMDB?

O PMDB também se diz em campanha pelas diretas. Entretanto, a um sinal do general presidente Figueiredo, este partido acorre solícito, mostrando qual o grau de seu comprometimento, até agora, com uma campanha mobilizadora por eleições diretas para presidente.

O sinal de Figueiredo veio através de uma declaração feita em Lagos, na Nigéria, reiterada na Argélia, segundo a qual ele quer as diretas (ou, pelo menos, se conforma com elas), sendo o PDS que não as quer. Com esta declaração, Figueiredo acena, como árbitro de modo muito mais contundente para a negociação tanto dentro do PDS, como junto às oposições burguesas. Seus êxitos foram imediatos e nada pequenos.

Em primeiro lugar, no próprio PDS, a ofensiva dos presidencialistas contrários as diretas, Maluf, Andreazza e Costa Cavalcanti, que vinha aumentando nos últimos dias, com um claro fortalecimento de Maluf (que hoje tem consigo os presidentes da Câmara e do Senado), teve que se enfrentar com a reação, alimentada diretamente pelas palavras de Figueiredo, dos aurelianistas, como Albérico Cordeiro,

que hoje propõe um plebiscito nacional em torno às diretas, para obrigar o PDS a se decidir por elas.

A resposta do PMDB, por sua vez, veio através de Ulisses Guimarães: **"Desta vez ele (Figueiredo) falou como chefe da nação, identificando-se com a aspiração nacional. Ele não quer deixar de cumprir sua promessa de redemocratizar o Brasil. Acredito que ele tenha pleno respaldo nas Forças Armadas numa declaração como esta. É da tradição delas (FAA) se colocarem ao lado do povo (sic)"** (Jornal do Brasil, 18/11). Após esse rosário de elogios a Figueiredo e às Forças Armadas, Ulisses se prontificou a entrar em contato com José Sarney, presidente do PDS, para deflagrar a negociação entre os dois partidos. Com essas declarações, Ulisses avança no sentido de aceitar o diálogo de Figueiredo, o que significa a continuidade do regime e dos militares que tanto elogia, e também dos planos de arrocho.

É a isso que se resume a campanha pelas diretas das oposições burguesas? Se for, a sua associação ao governo levará os trabalhadores a enfrentá-las com o mesmo ódio com que enfrentam a ditadura.

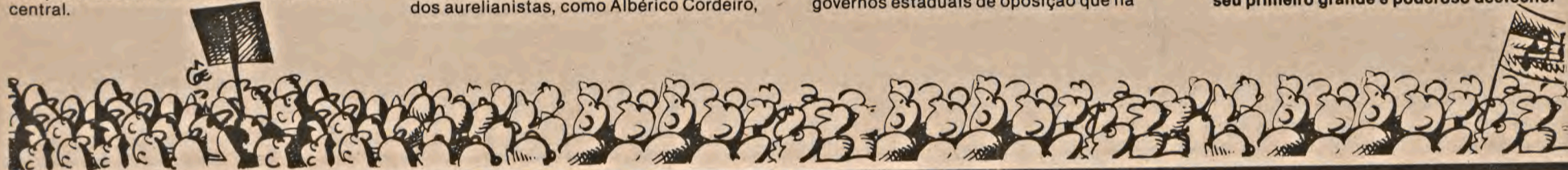
Esse enfrentamento já ocorre contra os governos estaduais de oposição que há

muito cumprem as determinações de arrocho e repressão do governo federal. **E se não for assim, se o PMDB, o PDT e o PTB estão dispostos a mobilizar pelas diretas, a levar essa campanha às ruas, no marco de grandes manifestações e ações unitárias pela sua conquista, então poderão começar a prová-lo respondendo afirmativamente ao chamado do PT, da CUT e de outras entidades democráticas, para a realização do Ato do dia 27.**

A saída é mobilizar pelas diretas, contra a ditadura

Para os trabalhadores, o combate por eleições livres e diretas, faz parte da luta pelo fim do regime militar e da política econômica ditada pelo FMI.

Por isso, a única resposta que interessa aos trabalhadores é lançar uma campanha mobilizadora que se ligue ao conjunto das lutas que travamos hoje contra o regime, contra seu arrocho e desemprego. Nesse sentido esta campanha passa necessariamente por manifestações unitárias, que deverão apontar para a **Greve Geral de abril (que terá nelas uma de suas reivindicações democráticas centrais) como seu primeiro grande e poderoso desfecho.**



Atentado contra O Estado de São Paulo

BASTA DE IMPUNIDADE PARA OS TERRORISTAS DO FASCISMO



Com a explosão de um carro-bomba no estacionamento do prédio onde funciona o jornal *O Estado de São Paulo*, na segunda-feira, 14, os atentados terroristas, em recuo tático desde o episódio do Riocentro, voltam a fazer parte da situação nacional.

que enfrentar um futuro parecido ao que vivem hoje os fascistas argentinos, como Massera e Videla, levados às barras dos tribunais por envolvimento em corrupção, estelionato internacional, assassinato como o do industrial Branca e, sobretudo, pelo caso dos 30 mil desaparecidos. Contra isso, os fascistas reagem através dos atentados terroristas, buscando pressionar o governo para diminuir o ritmo de sua "abertura". Amanhã, esses grupos, se não forem desbaratados, atuarão como organizações para-militares de extermínio político, contra os trabalhadores e suas direções, como foram o CCC, no Brasil, ou a triple A, na Argentina.

Há dois anos, no primeiro surto terrorista "pós-abertura", a ultra-direita se voltou contra as organizações e imprensa operárias, através de atentados a bancas, tentando bloquear a venda dos jornais operários e populares, e também de invasões de suas sedes e sucursais. Esse ciclo culminou com as ações contra a OAB e PMDB do Rio de Janeiro, nas quais morreu d. Lida Monteiro e ficou ferido José Ribamar de Freitas, respectivamente, e com o frustrado atentado contra o Riocentro, durante um show comemorativo do 1º de maio de 81, quando uma bomba explodiu inesperadamente nas mãos dos próprios terroristas, ambos do Exército. As "rigorosas investigações" de todos esses atentados morreram na nebulosidade dos mistérios insondáveis. Insondáveis só para a ditadura que, por aí, acobertou um dos setores que a compõem diretamente e que faz parte dos mesmos aparatos de repressão que ajudam a sustentá-la.

Como resultado direto dessa impunidade, a ultra-direita volta à carga, desta feita tentando impedir a continuidade das denúncias de corrupção publicadas na grande imprensa. Mas, evidentemente suas ações e existência surgem como ameaças permanentes contra os trabalhadores, que constituem o objetivo final de sua escalada.

Por isso, a manutenção da impunidade da ultra-direita e também a permanência dos aparatos e legislação repressivas que os abrigam, não podem ser tolerados pelos trabalhadores.

Assim, do governo militar, que hoje fala em levar adiante suas "investigações rigorosas", devemos exigir não só a **identificação e punição dos responsáveis por esse atentado e pelos anteriores, como também o fim dos aparatos (SNI, DOPS, PF, CINEMAR, CIEX, CIMA) e das leis (LSN, Lei de Greve, entre outras) repressivas.** Não podemos aceitar o confucionismo armado deliberadamente pelo regime e tampouco saídas como a reforma da LSN, mantendo intacta a sua essência ditatorial. E, no caso da identificação dos culpados, pistas é que não faltam. Afinal, reconhecidamente, apenas 200 técnicos no país poderiam ter armado o carro-bomba que explodiu n' *O Estado de S. Paulo*. Destes, 180 estão nas Forças Armadas.

Que fique claro: a responsabilidade pela continuidade desses atentados e pelas suas vítimas futuras, recai integralmente sobre o governo militar que, objetivamente, acoberta e mantém na impunidade os grupos fascistas que os realizam. **Nós, socialistas, repudiamos com veemência atentados como esse que atingiu o jornal *O Estado de S. Paulo* e chamamos todos os setores democráticos e populares a se somarem numa única mobilização pela satisfação das reivindicações acima mencionadas.**



Bancos

Os que lucram com a crise

"Alívio. Foi esta a reação de muitos banqueiros ao constatar que a lucratividade dos bancos comerciais privados em 82 piorou em comparação a 81." Esta frase à primeira vista sem sentido, foi publicada na revista *Exame*, de junho de 83, mais precisamente numa análise que faz do setor financeiro, nesta época de crise, o que mais ouvimos dos nossos patrões é que os negócios vão mal e que os lucros são pequenos. Porque então esta reação dos banqueiros? A realidade é que os lucros deles em 82 foram gigantescos, superiores aos de qualquer indústria, mas, comparados aos de 81, foram menores, já que neste ano os lucros foram astronômicos. Estes lucros provocaram reações de irritação, principalmente entre os industriais e comerciantes, levando-os a acusar os bancos como os principais responsáveis pela situação de crise do país.

Desde o início da crise econômica, o único setor que se beneficiou **permanentemente** com ela foi o sistema bancário. Desde 75, a rentabilidade dos bancos tem sido superior à das indústrias. Essa rentabilidade e os lucros bancários cresceram nesse período na proporção inversa do aumento da crise e da recessão no país. Com o pagamento das parcelas da dívida externa (amortizações e juros) em 81 e 82, ocorreu um verdadeiro enxugamento de dinheiro dentro do país. O pouco dinheiro que restava na praça era procurado avidamente por industriais, agricultores e pela classe média. Quando existe uma grande procura por um produto escasso, o que acontece é que o preço desse produto aumenta. Pois foi isso que ocorreu com o dinheiro. Assim, os juros (exatamente o preço do dinheiro) se elevaram assustadoramente. Desse modo os bancos e financeiras, detentores do dinheiro, passaram a agir como verdadeiros agiotas, emprestando-o a juros altíssimos. Esta situação foi reforçada pelo governo quando este passou a limitar o crédito e a liberar os juros. Isto significa que os bancos não podiam emprestar o quanto quisessem ou pudessem, **porém estavam livres para cobrar o que queriam**. Além dos juros altos, os banqueiros praticamente obrigam os clientes que querem um financiamento ou cheque especial a ter de comprar produtos dos seus bancos, como letras de câmbio, apólices de seguro, leasing, passagens e estadias em hotéis, cadernetas de poupança. O resultado disso é que o dinheiro entra barato no banco e sai muito caro. Mas o que fazem os banqueiros com esses lucros exorbitantes se não podem emprestar além do limite tabelado? Simples. Aplicam-no na expansão das redes de captação, construindo novas agências (investimento imobiliário) e principalmente passando à especular investindo os lucros no open-market ou em ações ou papéis como as ORTN's (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), que depois são revendidos ou resgatados com acréscimo de juros e correção monetária. É desse modo que se explica, por exemplo, o fato do Bradesco ter obtido, em 82, um lucro de 99 bilhões de cruzeiros e, em 83, sem a inclusão dos rendimentos das ORTN's, um lucro de 78 bilhões!!!

As supergigantes

Marx, ao estudar o capitalismo, descobriu que uma das suas principais tendências era a de concentrar uma gigantesca massa de capital nas mãos de umas poucas pessoas. Ao observarmos o desenvolvimento dos bancos no Brasil percebemos a verdade desse enunciado. Em 1946 existiam no país 473 matrizes de bancos em funcionamento. Hoje existem 60. Destes 60 bancos, dois crescem de forma espantosa: o *Bradesco* e o *Itaú*, que estão rapidamente monopolizando o mercado. Assim, num único mês de 83 o

Bradesco cresce uma vez o Mercantil de São Paulo (que é o 10º banco comercial privado do país), e em seis meses cresce uma vez o Real (o 3º maior banco comercial privado do país). Neste mesmo ritmo caminha o Itaú. Segundo a mesma revista *Exame* (acima mencionada), não chegam a dez as instituições bancárias privadas que controlam 75% do mercado. Por aí vemos que os presidentes de bancos que realmente importam neste país podem reunir-se num elevador.

Esta corrida interna entre os próprios bancos traz à tona um dos principais componentes que explicam os estúpidos lucros destas empresas: **a superexploração a que estão submetidos os bancários**. Esta superexploração aumenta na medida em que a luta inter-bancos, para conquistar o mercado, obriga que a captação do dinheiro (depósitos e outros) seja feita com o menor custo possível. Isto significa que quanto menos se paga aos funcionários que executam toda a tarefa de captação, reduzindo o seu custo, mais aumentam os lucros decorrentes dos altos juros impostos à saída do dinheiro. Isso explica porque os bancos aplicam tanto na automatização dos seus serviços. É que essa automatização diminui o pessoal da retaguarda e aumenta a produtividade dos empregados. Por isso, em média, o piso de um porteiro ou escrivão é de 70 mil cruzeiros e o de um caixa é de 90 mil, de acordo com o último reajuste, baseado no 2065. Ao mesmo tempo, conforme o banco, os funcionários são obrigados, ou induzidos por pressão, a venderem seguros obrigatórios de carros, contra incêndios, cadernetas de poupança e outros papéis mais, realizando um duplo trabalho com o mesmo salário.

O que os banqueiros querem

Vendo esse quadro, compreendemos porque grande parte dos ex-ministros, dos atuais ministros ou políticos importantes do governo e do PDS estejam ligados a bancos. Apesar das diferenças que surgem entre eles, na forma de gerir a economia do país, os banqueiros estão todos de acordo num ponto chave: o de garantir a continuidade do pagamento da dívida externa e a manutenção do regime. A continuidade do regime significa manter os trabalhadores sob controle e sob o arrocho. E pagar a dívida significa manter os juros altos e a escassez de dinheiro.

O Bradesco, como o maior conglomerado bancário privado do país, é o que possui a política mais à direita, apoiando o projeto de Figueiredo e Delfim, que é o de continuar rolando a dívida externa da forma atual.

Já **Olavo Setubal, do Itaú, é favorável a uma renegociação da dívida externa e está por um projeto de conciliação nacional**, pelo qual o sucessor de Figueiredo deverá ser um candidato de consenso da burguesia. Ele lidera o grupo dos bancos menores, mais ligados ao setor industrial, que necessitam de um fôlego maior para aguentar a recessão. De uma forma ou de outra, todos esses grupos financeiros estão indissoluvelmente ligados ao imperialismo e se colocam como obstáculos gigantes para a luta dos trabalhadores pelo não pagamento da dívida externa, pelo fim da ditadura e pela ruptura definitiva de nosso país com os parasitas imperialistas. Por isso mesmo, a estatização de todos os bancos particulares, nacionais e estrangeiros, em operação no país, sem indenização e com o controle dos trabalhadores constitui-se um dos principais objetivos da classe trabalhadora brasileira. Só por essa via será possível baratear o custo do dinheiro, possibilitando o financiamento de atividades produtivas de interesse da população explorada, pondo um fim à especulação parasitária do dinheiro.

Empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões

Mais miséria para pagar a dívida!



A grande novela chegou ao seu final. Enfim o FMI disse **sim** ao governo militar, aprovando a sua 4ª Carta de Intenções aos banqueiros internacionais e concedendo "ao país" um novo empréstimo-jumbo de 6,5 bilhões de dólares.

Segundo Figueiredo e Delfim, esse dinheiro representará para a economia nacional o respiro de que necessita para retomar o crescimento e voltar aos bons tempos do sossego e do equilíbrio nas contas externas do Brasil.

Vejamos se é assim. Para um trabalhador comum, que esteja empregado, a atual situação econômica significa: salário arrochado, com reajustes sempre abaixo da inflação real; preços de gêneros de primeira necessidade em aumento incessante; prestações da casa própria ou mesmo aluguéis absolutamente proibitivos; atendimento médico, pelo INAMPS (atendimento particular, nem pensar) de qualidade cada vez pior e com descontos cada vez maiores no salário; impossibilidade de arcar com a educação de seus filhos, em função dos custos das taxas, das mensalidades, do material didático, entre tantas outras coisas. Em suma: para esse trabalhador as coisas estão na fronteira do pesadelo. E para aqueles que se encontram desempregados (7 milhões), o desespero já chegou há muito tempo.

Será que esse quadro infernal irá mudar, após esse acordo com o FMI, como insinuam os homens da ditadura? Teremos a resposta vendo o que, exatamente, o FMI quer em troca desses 6,5 bilhões de dólares.

O significado das exigências do FMI

Esse dinheiro não teria saído se, da

famosa Carta de Intenções, não constasse o compromisso do governo brasileiro de satisfazer algumas exigências bem precisas dos banqueiros internacionais. Vejamos algumas dessas exigências e também os seus resultados imediatos para a classe trabalhadora.

A primeira imposição dos credores imperialistas é a **redução do déficit público para 84**. Esse déficit é tão gigantesco que nem mesmo a Secretaria do Planejamento sabe (ou ousa) precisar o seu montante. O certo é que a SEPLAN pretende reduzi-lo em 84 para 2,7 do Produto Interno Bruto (o total da produção feita pelo país). Nesse sentido, o Congresso Nacional já fez à ditadura o favor de aprovar o decreto-lei 2037, precisamente o que trata da redução do orçamento das empresas estatais e do conjunto do setor público, instrumento através do qual Delfim pretende atingir a sua meta. É evidente: a única forma de atingi-la será pela violenta redução dos gastos com a saúde, transportes, educação e todos os demais serviços públicos, tudo isso somado ao arrocho e desemprego para os trabalhadores das empresas estatais e para o funcionalismo. É isso que explica o desastre do INAMPS, com um rombo de 420 bilhões de cruzeiros, em insolvência, responsável por um deplorável atendimento médico, que não raro chega a matar e que agora ameaça os trabalhadores com a elevação do desconto do INAMPS de 8,5 para 10%. A verba destinada à Previdência em 84, por exemplo, não deverá ultrapassar os 0,2% da receita global destinadas aos serviços públicos.

Uma segunda exigência, determina a existência de uma dura política de **arrocho salarial**. Para isso foi aprovado o 2065. Tecnicamente, esse arrocho objetiva reduzir a inflação (cinismo dos cinismos), sob a

alegação de que os salários são inflacionários. Na prática, os trabalhadores se debatem com o arrocho **acrescido** de inflação cada vez maior (200% ao ano no 11º mês do arrocho sob o FMI). Isso ocorre por um motivo bem simples: a ditadura controla os salários, mas não controla os preços. Os salários são achatados, mas os lucros são livres. Além disso, existe a mentira sórdida do "rebaixamento" do INPC. Na verdade, trata-se de falsificação pura e oficializada, denominada "expurgo", que retira do cálculo desse índice os preços dos produtos que mais se elevam, relegando-nos a reajustes salariais bem abaixo do aumento real do custo de vida.

Por fim, uma terceira exigência estabelece para 84 um **superávit de 9 milhões de dólares na balança comercial** (diferença entre as importações e exportações do país). Ou seja, o Brasil terá de exportar mais e importar menos. A crise internacional, que leva os mercados mundiais a se fecharem para os produtos manufaturados brasileiros, leva também a ditadura a exportar alimentos, únicos produtos que têm comercialização garantida. Assim, quase toda a safra agrícola de produtos como feijão, soja, milho, entre outros, neste ano de 83, foram exportadas, deixando o mercado interno em carência absoluta. Por aí, o governo passou a importar esses mesmos produtos, de qualidade inferior e a preços mais caros, resultando no aumento absurdo do preço dos alimentos. A mesma irracionalidade foi feita em relação à carne. É por isso que o feijão subiu 300% de janeiro para cá, e a carne 450%. Do lado das importações, por sua vez, essas mesmas exigências levam à redução das compras fora do país de equipamentos e insumos necessários à produção industrial. O resultado disso é a diminuição dessa produção e aumento do desemprego.

Assim, podemos ver que o "respiro", ao qual se refere Delfim, para nós se traduz em miséria. É isso, aliás, que diz a mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 82 e divulgada agora. Segundo ela, em 81, 63,7% da população ganhava até 2 salários mínimos. Um ano após, em 82, esse contingente de pobreza havia aumentado para 69,3%. Hoje, quantos miseráveis seremos?

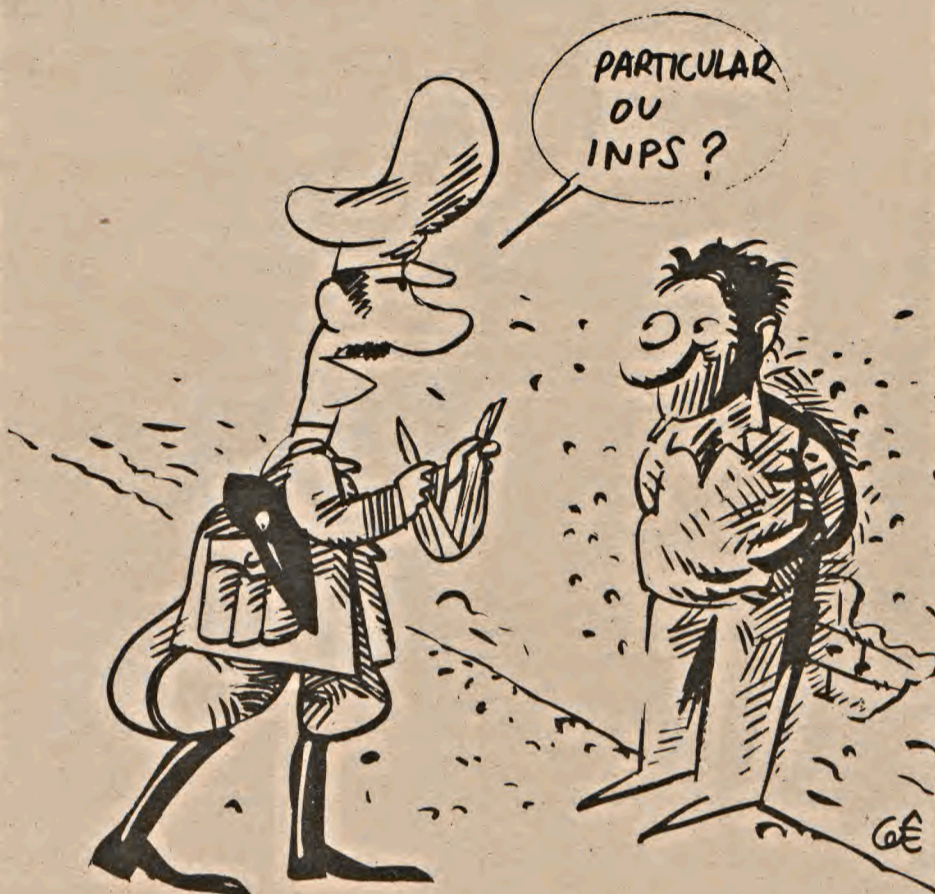
Riqueza de poucos, miséria de milhões

Esse é o preço da dívida externa, agora acrescida de 6,5 bilhões de dólares. E o pior é que todo esse dinheiro, responsável por tantos sacrifícios, destina-se apenas a pagar os altíssimos juros (12%) dessa dívida em 83. Em janeiro de 84, a caixa estará novamente limpa e novos sufocos voltarão a ocorrer. Em troca, ficamos com uma dívida maior, a gerar juros ainda maiores no futuro. É através desse parasitismo que hoje vive o imperialismo, que tem no recebimento desses juros uma de suas principais fontes de renda no mundo. Também para os bancos brasileiros essa dívida é um bom negócio, na medida em que se enriquecem também com a alta dos juros. E para os demais patrões nacionais, a continuidade dessa relação com o imperialismo significa a manutenção da abertura de seus canais de créditos internacionais. Não é de se estranhar, então, que todos os patrões estejam pelo pagamento dessa dívida, seja pelos termos atuais, seja pela via de uma renegociação mais ampla, seja com um adiamento temporário, via moratória.

Não pagar, essa é a exigência dos trabalhadores

Assim, quando os ministros do governo militar afirmam hipocritamente que não há dinheiro para satisfazer às reivindicações dos trabalhadores e estudantes nas áreas sob seu controle, devemos ter claro que esse dinheiro não existe porque sai do país para lotar os cofres dos sanguessugas imperialistas. Por isso, voltando ao ponto de partida deste artigo, o trabalhador comum sucumbe ao salário de fome, vê essa fome aumentar com a inflação, se vê obrigado a ir para a favela por não poder pagar aluguel ou prestação, morre nas filas do INAMPS, vê seus filhos permanecerem analfabetos e sendo mortos pela polícia nas ruas. Pois pagar essa dívida significa tudo isso e muito mais. Para nós, trabalhadores, a saída está na luta pelo não pagamento da dívida externa, como defende a CUT, pois só isso permitirá a existência dos recursos que devem garantir a satisfação de nossas necessidades. E essa luta está indissolavelmente ligada à luta pelo fim do regime militar, para por um ponto final a essa ditadura e para escorraçar Figueiredo e Delfim, já. Por tudo isso, iremos à Greve Geral.

Previdência Social



Um remédio amargo... que leva à morte

"...Rejeito, ponto por ponto, as inverdades e sofismas que a nota da Secretaria do Planejamento teve a lamentável coragem de transmitir ao público". Essa contundente frase foi proferida pelo ex-ministro da Previdência Social, Hélio Beltrão, em nota pública na qual respondeu à acusação da SEPLAN de que o atual rombo do INAMPS, de 420 bilhões de cruzeiros, foi produto de sua má administração. Acusações mútuas à parte, o fato é que a Previdência Social tem hoje sua crise crônica, que vem desde 64, agravada pela sangria a que o imperialismo submete o país. O que se passa aí, afinal?

A crise da Previdência pode ser entendida como fruto de dois elementos básicos: da política econômica do governo, por um lado, e dos seus reais beneficiários, os grupos privados de medicina, por outro.

Desde 64, o governo militar vem retirando progressivamente verbas de todos os serviços públicos, como educação, transportes, saúde. Esta política estimula o avanço de dois processos: a penetração das empresas privadas nestes setores e o desvio de dinheiro destes serviços para o pagamento da dívida externa. Uma dupla exploração. A saúde, por seu gigantesco orçamento, foi a área mais atingida por esses ataques. Em 82, o seu orçamento representava 3,4% do orçamento global do governo. Em 83, esse orçamento caiu para 0,4% do total. Onde foi parar esse dinheiro? Provavelmente está sendo investido pelos bancos americanos em armas, nas indústrias bélicas dos EUA.

A recessão, o desemprego e o arrocho contribuíram para diminuir ainda mais a receita da Previdência, agravando um processo que tem no desvio de dinheiro o principal fator responsável pelo rombo atual. Esse desvio decorre dos convênios com os grupos privados de medicina que, verdadeiramente mamam na previdência, em detrimento dos trabalhadores. Se estes grupos entram

em convênio direto com as empresas, os descontos de 8,5% destinados ao INAMPS, são captados por eles, garantindo-lhes um lucro fixo que aumenta mais na medida em que atendem menos aos trabalhadores. Se, por outro lado, o INAMPS entra em convênio com os hospitais particulares, que recebem por atendimento, ocorre o inverso: quanto mais casos forem (pessimamente) atendidos, maior será o lucro. É incalculável, neste caso, o número de internamentos fantasmas, totalmente inventado para desviar dinheiro. E agora, com a maior redução dos orçamentos públicos exigida pelo FMI, essa situação tende a se agravar com mais um ataque brutal: o governo militar está para elevar o desconto do INAMPS para 10%. Nem mesmo os aposentados escapam dessa roda vida de exploração. Segundo proposta de Delfim, os que se aposentam por tempo de serviço (35 anos de trabalho), só receberão aposentadoria integral se tiverem 60 anos de idade, isso quando a média de vida no país é exatamente 60 anos. Assim, uma pessoa que começou a trabalhar aos 14 anos e que se aposenta com 49, terá que trabalhar mais 11 anos! Ou seja, depois de sugar o trabalhador até a velhice, o capitalismo e a ditadura pretendem continuar a sugá-lo até a morte.

Por aí, a Previdência Social não passa de uma máquina que rouba dinheiro dos trabalhadores para enriquecer duplamente os patrões nacionais e imperialistas. Pela gravidade que representa para os trabalhadores o não recebimento de atendimento médico e pela espoliação que a atual estrutura da Previdência provoca, se faz necessária a imediata estatização de toda medicina do país sob controle dos trabalhadores, via a CUT, sindicatos e associações dos servidores da saúde. Só esta estrutura, embrião da medicina socializada, poderá garantir a extensão real da medicina a toda a população explorada.

Professores
Estaduais
São Paulo

NO DIA 23, MAIS UM PASSO FOI DADO RUMO À GREVE GERAL

Para os professores paulistas das escolas estaduais de 1º e 2º Graus, o dia 23 de novembro ficará marcado como uma data importante na retomada das mobilizações da categoria contra a política de arrocho do Sr. Montoro.

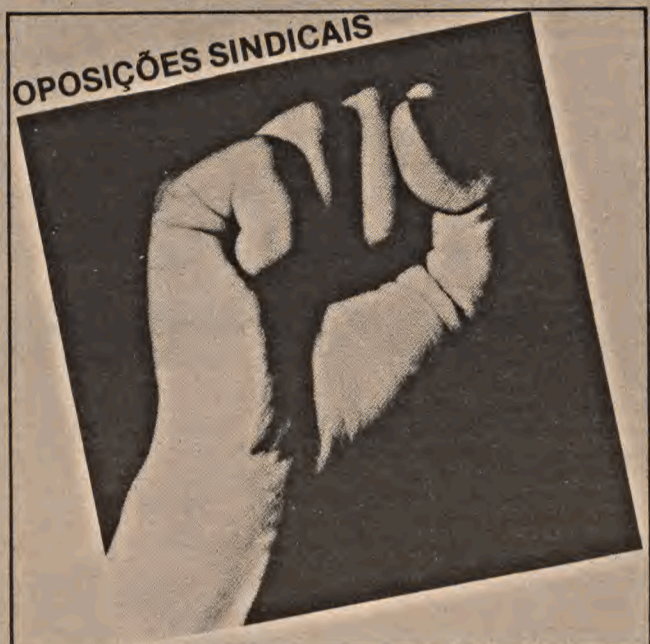
A paralisação dos professores do dia 23, teve, segundo dados da APEOESP, 60% de adesão no Estado. Mas sem dúvida, o ponto alto da greve foi a concentração em frente à Secretaria de Educação, seguida de passeata até o prédio da Secretaria da Fazenda, que contou com a presença de 4 mil manifestantes, incluindo importantes delegações de professores do interior, como Campinas, Santos e Jundiaí.

A insatisfação dos professores com Montoro não vem de agora. Desde que o funcionalismo público mobilizou-se no primeiro semestre, cobrando as promessas eleitorais de aumentos salariais feitas por Montoro, os professores já davam sinais de luta que só não se expressaram na adesão à greve do funcionalismo, graças aos esforços da diretoria da APEOESP, que fez o possível para conseguir acordos com o governo estadual e para separar a luta de sua categoria daquela travada pelo restante do funcionalismo.

Apesar destes esforços, os professores mostram que querem lutar e não conchavar, pois sabem muito bem que não é possível conchavar com o seu algoz, o governador Montoro, hoje um servo eficiente da ditadura militar e dos planos de fome do FMI. Não é por acaso que os gritos de "Fora Montoro, Figueiredo e FMI!" foram as principais palavras de ordem dos manifestantes nesse dia 23.

A disposição de luta mostrada nesta manifestação é a melhor garantia que os professores paulistas têm para continuar organizando a categoria e para colocá-la na via da Greve Geral, ao lado dos trabalhadores de todo o país, a partir do início do próximo ano.

Contra o arrocho e a fome,
O ABC
mostra o caminho



De novo o ABC mostra o caminho da resistência da classe trabalhadora contra patrões, governo, FMI. A greve dos metalúrgicos de São Bernardo, que conseguiu uma importante vitória parcial, deu ânimo a outras categorias para sair à luta, apesar da ameaça do desemprego que pesa sobre as costas dos trabalhadores. As greves de São Caetano e da Otis, de Santo André, foram fruto direto da luta de São Bernardo, que abriu caminho para que estas fábricas também reivindicassem a incorporação das mesmas conquistas. Da mesma forma, a greve dos 2500 metalúrgicos da Brown Boveri, contra as demissões promovidas por esta empresa, mostram o ânimo da classe para defender o seu mais mínimo direito: o direito ao trabalho. É o mesmo espírito de luta dos professores do Estado de São Paulo que realizaram um dia de paralisação e de luta na quarta feira passada.

Todas estas lutas só reforçam a necessidade urgente de unificá-las em uma greve geral. Estas lutas isoladas que explodem em vários lugares em que a classe se enfrenta, de forma ainda desorganizada, com a burguesia poderiam ganhar uma força muito superior se a greve marcada pela CUT para o dia 25 não houvesse sido suspensa. A realidade depois do dia 25 só faz confirmar que Alicerce tinha razão na dura crítica que fez à direção da CUT pelo adiamento da greve.

A direção da CUT marcou uma nova data para a Greve Geral em Abril, na prática dando razão aos constantes apelos de Alicerce em favor da marcação de uma nova data. Todas estas mobilizações só demonstram que a greve geral é mais necessária do que nunca.

A construção de dezenas de oposições combativas, que mobilizam suas categorias e que lutam para derrubar os pelegos dos seus sindicatos são um forte elemento em favor da greve geral. Os pelegos são hoje um dos maiores obstáculos à deflagração das mobilizações. Varrê-los dos sindicatos, ligando-os à CUT é uma tarefa de primeira ordem que está na base da construção da CUT e da preparação da greve geral.

motoristas de

São José dos

Campos e

Guaratinguetá

Mais um pelego foi destronado. Com mais de 500 votos de diferença, os condutores da região de São José dos Campos e Guaratinguetá puseram fim à carreira de 19 anos do pelego que dirigia o sindicato. A vitória dos companheiros foi produto da combatividade e da mobilização da categoria, que conseguiu se impor às absurdas manobras da pelegada.

Para a concretização desta vitória, os condutores tiveram que se mobilizar em dois escrutínios. No primeiro, a aliança da velha diretoria com os donos das empresas de ônibus, conseguiu evitar a obtenção dos votos suficientes para completar o quórum mínimo exigido por lei. Mas a disposição de luta era muito forte e os motoristas não poderiam aceitar a permanência dos pelegos através de manobra tão clara e burocrática. Assim, mesmo sabendo das dificuldades que iria enfrentar, a oposição se lançou a mobilizar a categoria para validar o 2º escrutínio. A combatividade dos companheiros expressava o sentimento do conjunto dos condutores. Por isso, já no primeiro dia de votação, nesse segundo escrutínio, faltavam apenas 110 votos para se atingir o quórum necessário. E era patente que a maioria estava votando na oposição. De nada valeram as truculências e intimidações dos pelegos, que chegaram a trazer dois PMS da capital para ameaçar e agredir os membros e fiscais da oposição. Esta reagiu à altura, denunciando a ação dos PMS, que acabaram sendo presos, condenados a 15 dias, na delegacia de Guaratinguetá, pelo delegado local. Numa última e desesperada manobra, os pelegos simplesmente desapareceram no segundo dia das eleições, isto é, toda a diretoria, com seus mesários e fiscais sumiram sem dar sinal de vida. Esse é um fato inédito nos anais do movimento sindical. Apesar da vigília que fizeram toda a noite na porta do sindicato, para impedir que se fraudassem as urnas, os companheiros da oposição jamais poderiam supor que deveriam também vigiar a casa do pelegão e as de seus diretores. Apesar da surpresa, a oposição não recuou e garantiu a continuidade normal das eleições, esvaziando a manobra do pelego, que era a de não abrir o sindicato para que elas fossem impugnadas. Desta vez, a velha diretoria não tinha mais saída e sua derrota estava consumada. Assim, no dia seguinte o sindicato foi aberto pelo próprio pelego, reaparecido. Nas urnas, a vitória da oposição estava garantida. Uma vitória não só dos condutores dos quatro municípios da região, mas de todos os trabalhadores que lutam para limpar os sindicatos, varrendo os pelegos impostos pela ditadura dos generais.

METALÚRGICOS — S. Caetano do Sul

Aqui, a derrubada do pelego é ponto de honra para os trabalhadores

Em São Caetano do Sul, no ABC paulista, um grande golpe foi aplicado no velho pelego João Lins, do Sindicato dos Metalúrgicos, traidor de tantas lutas da classe. No sábado, 19, foi lançada, em ato com a presença de 200 trabalhadores, a Chapa 2, *Renovação Sindical*, de oposição à atual diretoria para as eleições que irão ocorrer no dias 17, 18 e 19 de janeiro.

O ato, marcado pela denúncia do pelego Lins, teve à sua frente sindicalistas do PT e do PMDB que apoiam e integram a chapa, como Jose Cicotti, do PT, Agenor, membro da executiva da CUT regional, Frei Chico, do PMDB e presidente da Chapa, entre outros.

Na verdade, a Chapa 2 é a expressão de uma frente única entre diversas correntes da categoria que têm na derrubada do velho pelego o seu ponto central. Exatamente aí reside o caráter progressivo dessa chapa para o conjunto dos metalúrgicos de S. Caetano. Mas, pelo fato de ser uma frente de forças heterogêneas, a Chapa 2 também apresenta contradições. A principal delas reside no fato de não possuir um programa que incorpore os grandes avanços obtidos pelos trabalhadores nesse último período, principalmente a definição pela CUT e o apoio explícito à Greve Geral.

Essa debilidade, se não resolvida, poderá ser o futuro ponto de estrangulamento dessa articulação. Esses dois aspectos se expressaram em dois momentos distintos do ato. No seu início, um membro da chapa tomou a palavra para anunciar a entrada em greve dos metalúrgicos da ZF, que reivindicam 100% do INPC e 30% de abono, num prenúncio de uma onda de lutas que há muito tempo não se vê em S. Caetano (ver box). E, ao seu final, um trabalhador de base, tomou a palavra para exigir da chapa sua filiação à CUT, no que ficou sem resposta. A Chapa 2, apenas assumiu o compromisso de, em caso de vitória, chamar à realização de uma assembléia da categoria para definir a qual das articulações nacionais — CUT ou CONCLAT — o sindicato irá se filiar. Nós, de Alicerce, defendemos sim que essa assembléia ocorra. Mas defendemos também que a Chapa 2 apresente à categoria uma clara proposta de combate. Esta proposta, a nosso ver, é a de incorporação da entidade à CUT e a sua integração à preparação da Greve Geral.

Um pouco de história

Para compreendermos o aspecto progressivo da Chapa 2, é necessário ter claro o significado de João Lins para a categoria metalúrgica de São Caetano. Este pelego se colocou contra todas as greves do ABC desde 78. Em 79, o sindicato só aderiu à greve quando 5 mil trabalhadores ameaçaram Lins de linchamento, em assembléia, caso não se incorporasse à luta. Em 80, o fato voltou a se repetir. Só que desta vez o sindicato, que entrou tardiamente na luta, recuou antes, golpeando mortalmente a greve em todo o ABC. Como se isso não bastasse, após as greves, Lins entregou a polícia e aos patrões as fichas dos principais ativistas, patrocinando suas demissões. Já nas eleições de 81, esse pelego deveria ter sido escorraçado do sindicato. Salvou-se graças a uma manobra sórdida, só publicando o edital dois dias antes do encerramento do prazo para inscrição de chapas, isto, num jornal da... capital. Essa manobra valeu a Lins sua expulsão do PT (hoje está no PMDB).

A atual oposição sindical, por sua vez, surgiu em 81, do *Movimento de Renovação Sindical*, já articulado como uma frente pela derrubada do pelego. Apesar do golpe de 81, este movimento se manteve e reúne hoje condições para por um fim aos longos anos do peleguismo de Lins.

Alicerce apóia a Chapa 2 para varrer esse pelego do sindicato, reservando-se o direito de defender publicamente o apoio à CUT, à Greve Geral e a incorporação do conjunto do programa do CONCLAT de São Bernardo pela Chapa 2.

Metalúrgicos de S. Caetano e da OTIS, Santo André

Nas greves conta o 2065, o caminho da greve Geral

Os metalúrgicos de São Caetano voltaram a tomar o caminho da mobilização, ao lado dos demais trabalhadores do ABC. Sob o estímulo das recentes greves dos metalúrgicos de S. Bernardo e diante de um pelego acuada pelo avanço da oposição, as greves retornaram ao cenário da cidade.

Na sexta-feira, 18, 70 metalúrgicos da ZF, uma das grandes fábricas da região, se dirigiram ao sindicato, reivindicando reajustes de 100% do INPC e 30% de abono imediato. Sem saída, o pelego Lins marcou uma assembléia para segunda-feira na porta da empresa e correu para negociar com os patrões, obtendo acordo semelhante ao de S. Bernardo (o 2065, mais 20% de abono). Ocorre apenas que na segunda-feira, os trabalhadores da ferramentaria da ZF não aceitaram essa barganha, mantendo a reivindicação original. Pressionada, a diretoria do sindicato aceitou levar essa reivindicação aos patrões, marcando nova assembléia para sexta-feira. Se até então a reivindicação não for atendida, a resposta será a greve.

Na Mannesman, outra grande metalúrgica de S. Caetano, essa resposta veio mais cedo. Espontaneamente, toda a fábrica paralisou na terça-feira, às 6 horas da manhã, exigindo a mesma reivindicação.

E na Cadinho, pequena fábrica de 90 operários, o companheiro Nilson, de Alicerce e da Chapa 2, dirigiu, ao meio-dia de terça-feira, uma assembléia interna com 70 trabalhadores que decidiram se incorporar à luta. À tarde, os patrões dessa fábrica decidiram demitir Nilson por justa causa, sob alegação de "incompetência profissional e desatado à autoridade" (!!). Em resposta a este ataque, nessa mesma noite, em assembléia no sindicato, 30 metalúrgicos da Cadinho decidiram manter suas reivindicações econômicas e incorporar a exigência pela readmissão de Nilson, dando prazo aos patrões até quarta-feira, às 12 horas. Se não, greve!

Essas lutas todas demonstram a heroica disposição dos trabalhadores em barrar o arrocho do governo, defendendo ao mesmo tempo seus líderes e companheiros demitidos (como ocorreu também na *Brown Boveri*, de Osasco). Até aqui, a Chapa 2, como um todo, não se lançou a dirigir a luta, fortalecendo um polo alternativo de combate para a categoria. Os metalúrgicos de Alicerce, que apóiam a chapa 2, defendem junto a ela a incorporação da proposta de convocação imediata de uma assembléia geral da categoria para unificar essas lutas, avançando para a greve geral dos metalúrgicos de S. Caetano pelo atendimento das reivindicações.

A luta na OTIS de Santo André

Segundo o exemplo dos metalúrgicos de São Bernardo, 850 trabalhadores da Elevadores Otis, de Santo André, entraram em greve na sexta-feira passada, reivindicando 100% do INPC. Como os patrões se recusaram a atender a reivindicação dos operários e até a abrir negociações, em assembléia na segunda-feira os trabalhadores decidiram manter a greve até conseguirem o reajuste integral sobre o INPC. Esta é mais uma luta que aponta para a greve geral, no ABC e em todo o Brasil.

Gráficos Campinas

A luta da oposição não termina aqui

No dia 9 deste mês, houve eleições no sindicato dos gráficos de Campinas. Em 50 anos de existência desse sindicato, é a primeira vez que surge uma oposição. Apesar de perder, por apenas 11 votos (219 a 208), para a chapa dos pelegos — que tem na vice-presidência o interventor de 1964 e que fez campanha na base da distribuição de brindes — essa oposição teve o papel fundamental de articular os gráficos de Campinas em torno da proposta da CUT e de seu programa, abrindo a possibilidade de poderem reconquistar seu sindicato nas próximas eleições. Isto ficou patente quando, após a eleição, mesmo com a derrota, uma reunião da chapa de oposição reuniu perto de 40 pessoas dispostas a continuar a luta para expulsar os pelegos do sindicato. O exemplo dos companheiros de Campinas mostra, a partir da criação da CUT, que os dias de reinado dos pelegos e seus serviços estão prestes a acabar.



PUC - Belo Horizonte

Estudantes invadem reitoria

Cerca de 200 estudantes ocuparam na sexta-feira, 18, a reitoria da Universidade Católica de Belo Horizonte, em luta contra a portaria que determina que a matrícula de 84, exorbitantemente aumentada, seja paga ainda neste ano, em uma única parcela. Os estudantes reivindicam pagamento parcelado no ano que vem, o cancelamento de todos os débitos, com garantia de manutenção da matrícula, para todos os desempregados e carentes (cerca de mil estudantes) e também a democratização da universidade (nenhum aumento sem consulta anterior à comunidade universitária). Essa luta já começa a apontar também para a reivindicação democrática de eleição do reitor pela comunidade universitária. Em contrapartida, o "magnífico" reitor da PUC-BH se dirigiu à imprensa acusando os estudantes de terroristas e afirmando que sempre esteve aberto ao diálogo. Um exemplo dessa "abertura" ocorreu no dia da invasão, quando o reitor literalmente fugiu pela janela de sua sala, esquecendo sobre a mesa sua caneta de ouro maciço.

Existe uma profunda disposição de luta entre os estudantes, que se expressa na realização de assembléias com 3 mil companheiros. A principal necessidade que se coloca para o avanço do movimento é, agora, a sua expansão para as outras faculdades e universidades da capital, ampliando a luta através de atos públicos e massivos no centro da cidade. Esse é o passo que a direção da mobilização (majoritariamente formada por membros do jornal *Em Tempo* e por independentes do PT) hesita em dar. O avanço nesse sentido simplesmente reforçará o papel que essa luta já vem tendo no reanimamento do Movimento Estudantil em Belo Horizonte.

Este artigo já estava composto, quando chegou à nossa redação a notícia da vitória desta luta, com a aceitação, pela reitoria da quase totalidade das reivindicações dos estudantes. Saudamos os companheiros e temos certeza de que o caminho apontado por eles será seguido pelo conjunto do ME de Minas Gerais.

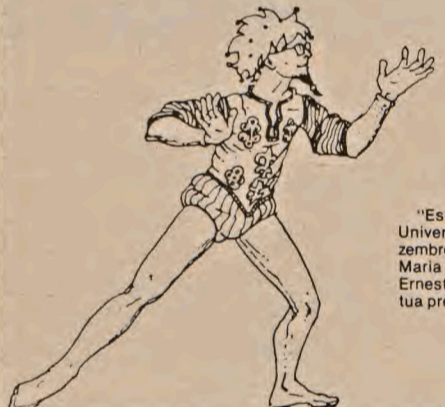
Construindo o Alicerce

Curitiba e Piraporinha, duas novas Sedes Socialistas!

A campanha de abertura de Sedes Socialistas continua se ampliando. Nesta semana, **Alicerce da Juventude Socialista** obteve duas vitórias muito importantes para a nossa construção. A primeira delas é a abertura de nossa sede em Curitiba, que vai ser inaugurada neste fim de semana, colocando pela primeira vez a organização do socialismo revolucionário no Paraná. Saudamos os companheiros de Curitiba, que com este passo muito importante para o Alicerce estão ampliando para dezenas de ativistas o trabalho de divulgação do socialismo que vêm fazendo há meses.

A outra vitória é a inauguração de mais uma sede na região do ABC paulista, desta

vez em Piraporinha, São Bernardo do Campo. Com esta já são sete Sedes Socialistas no ABC, vanguarda do operariado brasileiro. Os companheiros que estão abrindo a sede de Piraporinha tiveram uma excelente receptividade de vários operários das fábricas da região. Durante um piquete de venda do jornal **Alicerce**, muitos companheiros metalúrgicos comentaram: "era isso mesmo que nós precisávamos", "você deviam ter aberto esta sede antes". As Sedes Socialistas do ABC refletem bem o Alicerce que queremos construir: uma juventude presente nas lutas operárias, estreitamente ligada à classe trabalhadora.



O futuro socialista da América Latina

"Este é o tema que vai ser abordado na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais (UFMG), às 19 horas do dia 2 de dezembro. Essa palestra conta com a presença dos companheiros José Maria de Almeida, ex-candidato a deputado estadual pelo PT, e Ernesto Gradella, vereador do PT em São José dos Campos (SP). A tua presença é imprescindível!"

Alicerce — Belo Horizonte

Encontre e discuta com Alicerce nestes endereços:

Amazonas — Manaus - Av. Constantino Nery, 812 - casa 5 - Centro

Pará - Belém - R. Rui Barbosa, casa 4 - Vila ABC

Maranhão - Imperatriz - R. Benedito Leite, 634 - Centro

Pernambuco

Olinda - Vila Marluce, 44 - Terminal de São Benedito Recife I - R. Álvares de Azevedo, 80 (trav. da R. João de Barros)

Paraná — Curitiba - R. Desembargador Westphalen, 640 - 3º andar, 11A (Centro)

Minas Gerais

Belo Horizonte/Barreiro - R. Hoffman, 5-B (esq. com R. Olinto Meireles)
Belo Horizonte/Centro - R. Curitiba, 778 - sala 805
Contagem - Av. João César Oliveira, 3041-B - 2º andar
São João Del Rey - R. Mateus Salomé, 22 - sala 3 - Centro

Mato Grosso do Sul

Campo Grande - R. Antonio Maria Coelho, 2301 - casa 5 - Centro

Distrito Federal - Brasília - Edifício Márcia, sala 809 - SCS

Rio de Janeiro

Rio de Janeiro/Centro - Av. Marechal Floriano, 167 - 2º andar
Rio de Janeiro/Méier - R. Joaquim Méier, 600
Rio de Janeiro/Tijuca - R. Pereira Nunes, 129 - casa 1
Niterói - R. XV de Novembro, 106 - sala 4
Volta Redonda - Rua 208, nº 207
Duque de Caxias - Av. Plínio Casado, 5 - sala 118 - Centro

Rio Grande do Sul

Porto Alegre - R. Oswaldo Aranha, 934 - Bonfim
Passo Fundo - R. Independência, 640
São Leopoldo - Av. Bento Gonçalves, 1431
Santa Maria - R. Dona Luiza, 570 - subsolo

São Paulo

Campinas - R. Barão de Jaguara, 1385 - Centro
Santos - Av. Afonso Pena, 418 - sala 22 - Macuco
São Carlos - Rua Episcopal, 1983
São José dos Campos - Av. Dr. Néelson D'Ávila, 1247 - salas 1 e 2
Ribeirão Preto - R. Prudente de Moraes, 791 - Centro

Grande São Paulo

Guarulhos - R. João Gonçalves, 468 - Centro
Mauá - R. Barão de Mauá, 497 - sala 26
Osasco - R. Dona Primitiva Vianco, 739 - 1º andar - sala 1 - Centro
Santo André/Centro - R. Guilherme Marconi, 174 (esq. com R. Sto André)
Santo André/Parque das Nações - Travessa Tebas, 36
São Caetano do Sul - R. Paraiíba, 467 - Centro
Diadema - R. N. Sra das Vitórias, 200

São Paulo/Capital

Santana - R. Voluntários da Pátria, 1617
Freguesia do Ó - R. Marapinima, 41
Lapa - R. 12 de Outubro, 325 - sala 9
Liberdade - R. Santa Madalena, 22
Santo Amaro - R. Cel. Luiz Barroso, 240
Ipiranga - R. Cisplatina, 849
Cidade Ademar - Av. Cupecé, 3397 - sala 2

Encontro Secundarista de Niterói e S. Gonçalo - RJ

Uma nova UMES, ao lado dos trabalhadores, está nascendo



Diretoria da AMES-RJ Uma trajetória de traições

Foi realizado no dia 20 de novembro, na cidade de Niterói, o I Encontro dos Estudantes Secundaristas de Niterói e São Gonçalo. Com a presença de 42 delegados, representando pelo menos 8 escolas, o Encontro foi um importante passo na organização dos secundaristas das duas cidades. Na mesa estavam presentes o companheiro Sérgio, diretor do Centro Cívico do Henrique Lage (uma das escolas mais combativas de Niterói), um representante da UEE-RJ e uma representante da diretoria da UBES (Simone).

A primeira prova de que esse Encontro era para valer, foi dada pela discussão em torno ao apoio ou não à CUT. Os companheiros de Alicerce saíram na defesa do apoio à CUT, contra a desesperada resistência da representante da UBES, que defendeu proposta contrária. Ao final, a votação foi unânime a favor do apoio à CUT, como organismo de luta dos trabalhadores e como referência para os secundaristas, que ali materializaram a aliança operário-estudantil.

Quando o Encontro chegou ao seu ponto decisivo (a aprovação ou não da construção da UMES de Niterói e São Gonçalo e a marcação do apoio à CUT, data do congresso de fundação dessa entidade), a representante da UBES saiu com tudo contra a fundação da UMES local, assumindo claramente o mesmo argumento da diretoria da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro (AMES-RJ), integrada pelo pessoal do jornal *Hora do Povo* (ver box nesta página), segundo o qual a nova entidade só viria a "dividir" a AMES. Nessa linha, a posição da diretoria da UBES se aproxima da postura dos dirigentes da AMES, que não só estão contra a fundação de qualquer outra entidade na região metropolitana do Rio de Janeiro, como não reconhecem o Encontro de Niterói. Essa postura burocrática reflete o medo que a diretoria da AMES tem de perder o controle da entidade. Existe mesmo um boato de que essa diretoria está disposta a não realizar o congresso da entidade em 84, boato até aqui não desmentido por esses burocratas.

O Encontro repudiou essa falsa proposta de unidade, da representante da UBES e expressou sua combatividade elegendo uma Comissão Pró-UMES, com representantes das escolas presentes, marcando o congresso de fundação da nova entidade para abril de 84 e exigindo a realização, em 84, do congresso da AMES-RJ.

Conhecer o passado e o presente da diretoria da AMES-RJ, é ter uma aula de como impor pelo grito, pela fraude e pela agressão física posições políticas impossíveis de serem impostas pela força dos argumentos.

Tanto no congresso de reconstrução da entidade, em 82, como no deste ano, a atual diretoria da AMES só se manteve graças à estreita colaboração dos governos estaduais — antes, Chagas Freitas, e agora, Leonel Brizola — comprometidos em arrochar e reprimir os trabalhadores.

No congresso deste ano, entretanto, a fraude foi mais descarada. Brizola abriu todas as escolas unicamente para a diretoria da AMES, proibindo ao mesmo tempo a entrada de Alicerce, através de orientação expressa de repressão. Além disso, por meio da Secretaria de Educação, instrumentou os diretores de escolas para garantir o apoio ao HP no congresso. Os diretores lotaram vários ônibus com crianças de 7 a 11 anos, salas de aulas inteiras do 1º grau, recrutados para serem "delegados", com a tarefa de apoiar e reeleger a diretoria traidora. Muitas dessas crianças sequer sabiam o que era um congresso. Nas votações, os diretores de escolas mandavam as crianças levantar seus crachás para aprovar as posições do HP.

No congresso da UBES, realizado em abril, a delegação da AMES tinha, pelo menos, 200 delegados fraudados, recrutados (e não eleitos) pelo mesmo método. Esses delegados só receberam crachás graças à colaboração da diretoria da UBES. Nesse mesmo congresso da UBES, quando se discutiu o reconhecimento ou não do congresso da AMES, a diretoria da UBES fez uma votação que dava maioria ao não-reconhecimento, colocando que o congresso não deveria tomar posição sobre o assunto e transferindo essa decisão para o Coneg. E no Coneg, realizado há duas semanas, após dois adiamentos sucessivos, acabaram por reconhecer tanto o congresso fraudado, quanto sua diretoria pelega. Tudo isso porque a diretoria da UBES, pelega igual, tem interesse em formar um bloco eleitoral com o HP. Por isso, se faz urgente a realização do congresso da AMES em 84, conforme exigência do Encontro de Niterói. Esse passo é decisivo para que os estudantes secundaristas do Rio possam derrubar estes burocratas, colocando em seu lugar uma diretoria combativa, a serviço da mobilização dos estudantes, ao lado dos trabalhadores.

Eleições da UPES e das UMES em São Paulo Erratas

No último número do nosso jornal, cometemos três erros referentes ao artigo sobre as eleições da UPES e das UMES de São Paulo, que aproveitamos para corrigir agora. O primeiro se refere aos resultados finais dessas eleições, que são estes abaixo, e não os publicados anteriormente:

	UPES	UMES Capital	UMES Diadema	UMES S.J.Campos	UMES S.Carlos
Alicerce	31.270	8.667	3.266	2.612	511
Viração	16.333	5.441	1.144	1.628	
Oposição	8.168	4.996			
Avante	4.376				
Mãos à Obra		4.344			
Nascente		2.819			
Branco e Nulos	10.044	3.831	832	783	70
TOTAL	70.191	30.098	5.242	5.023	581

No artigo nos referimos à escola Ester Frank em Santo André. Na verdade, trata-se da escola Ester Medina, esta sim de Santo André. E a votação aí obtida pela chapa Viração não foi 1.000 votos e sim de 500.



Pela defesa da unidade palestina!



"O que está acontecendo é um terrível pesadelo para os civis e militares palestinos. Eles podem entender porque as tropas sírias os bombardeiam, mas não podem compreender porque alguém que nasceu e foi criado na miséria dos acampamentos de refugiados palestinos esteja bombardeando outras pessoas nascidas e criadas nos mesmos lugares" (O Estado de S. Paulo, 19/11/83). Esta declaração de um médico muçulmano, testemunha ocular dos últimos acontecimentos no Líbano, é um fiel retrato da delicada situação em que se encontram a OLP e o povo palestino frente ao massacre empreendido pela Síria apoiando-se nos rebeldes anti-Arafat.

O povo palestino começou a responder a esta situação. O campo de refugiados palestinos de Nahr Bared, próximo à cidade de Trípoli, mesmo sob ocupação dos rebeldes, foi palco na semana passada de uma manifestação de dois mil palestinos em favor de Arafat, contra a liquidação e divisão da OLP. Outras manifestações de igual porte aconteceram em acampamentos de refugiados na Cisjordânia sob a ocupação de Israel e também no campo de Yarmuk em Damasco, capital da Síria, sendo que nesta última os manifestantes foram reprimidos

pelos forças governamentais. Mas apesar de tudo isto os rebeldes e os sírios já estão com um pé dentro de Trípoli, tomando importantes redutos de Arafat e encurralando-o no bairro de Zahrieh, onde se encontra a sede da Al Fatah.

Quando escrevamos este artigo, os rebeldes decretaram um cessar-fogo unilateral, pressionados por líderes religiosos muçulmanos, ao mesmo tempo em que duas outras facções da OLP, a FPLP (Frente Popular pela Libertação da Palestina) e a FDLP (Frente Democrática pela Libertação da Palestina) apresentaram um plano de cessar-fogo entre os palestinos, propondo que os combatentes evacuem Trípoli e apontem suas armas contra Israel. Mas os combates podem recomeçar a qualquer momento, pois não existe nenhum sintoma de que a Síria esteja disposta a terminar o massacre dos palestinos.

Em meio a tudo isto, os sírios derrubaram pelo menos um avião israelense, no domingo passado. Como explicar que as tropas sírias derrubam aviões dos principais inimigos dos palestinos na região e ao mesmo tempo impulsionam a destruição dos próprios palestinos e da sua organização, a OLP?

Há um ano e meio, quando o exército sionista invadiu o Líbano para expulsar os palestinos da região de Beirute, o presidente sírio reagiu violentamente — em palavras. Agora, no entanto, sua guerra contra Arafat não é apenas verbal: a Síria incentivou a rebelião entre os combatentes concentrados nos territórios sob seu controle, expulsou Arafat de Damasco e as tropas leais a ele do vale do Bekaa, e agora participa diretamente dos combates que estão se travando perto de Trípoli. Nas mãos dos rebeldes que se dizem "combativos" e de seus "defensores" sírios, parte dos melhores lutadores palestinos estão sendo dizimados, e a população civil dos campos de refugiados e da cidade de Trípoli sofre um massacre comparável aos de Sabra e Chatila no ano passado (quando cerca de duas mil pessoas foram executadas pela Falange fascista libanesa, com o incentivo e cumplicidade do exército de ocupação de Israel).

O que ocorre é que, para as burguesias dos países árabes, existe um inimigo maior que o estado sionista e o próprio imperialismo ianque: é a revolução em seus próprios países. Por isso, acima de todas as suas divergências, essas burguesias concordam num ponto: não permitir que a resistência palestina seja o estopim da revolução árabe.

Quarenta anos de luta

Numa região cortada por fronteiras artificiais, traçadas pelo imperialismo, a luta incessante dos palestinos, desde que foram expulsos de suas terras em 1947-48 (na guerra sangrenta em que se formou o estado de Israel) constitui uma ameaça para os regimes locais. Os palestinos se dispersaram por vários países da região, sendo tolerados pelos respectivos governantes enquanto podiam ser controlados e usados nas negociações com o estado sionista e o imperialismo; mas implacavelmente combatidos sempre que sua organização e luta punha em perigo a estabilidade desses mesmos governantes.

Isso se acentuou a partir de 1964-67, com a constituição da Organização de Libertação da Palestina, a OLP, que não é um simples ajuntamento de partidos, e sim uma entidade nacional, um estado sem território, que representa toda a população palestina. A existência dessa organização estatal paralela, dentro de seus próprios estados, punha em perigo os regimes burgueses árabes.

Foi assim em 1970, na Jordânia, quando o rei Hussein promoveu o horrendo massacre que ficou conhecido como "Setembro Negro". Foi assim no Líbano, provocando a agressão israelense, em 1982. Ao mesmo tempo, cada novo massacre, cada nova dispersão desse povo heróico reafirma que não há solução possível para o Oriente Médio sem solução do "problema palestino".

As burguesias árabes querem acordo com o sionismo

Um depois do outro, os vários governos árabes foram chegando a um acordo, tácito ou escrito, com Israel (e, por aí, com os EUA). Aceitaram a permanência do estado sionista agressor e abandonaram, na verdade, a causa palestina (que fica reservada apenas para os discursos inflamados de vez em quando).

Só falta a Síria, diretamente vinculada (econômica e militarmente) à URSS, que se mantém em estado de guerra permanente contra Israel. É claro que a burguesia síria percebe que não ganha nada em continuar sozinha essa luta, e que arrisca uma explosão revolucionária dentro de suas próprias fronteiras. Por isso, seu objetivo é também chegar a uma "tolerância" em relação ao sionismo — recuperando a região do Golã e, de quebra, anexando quase metade do Líbano (e deixando para Israel a outra metade).

Para isso, procura acabar com a organização independente dos palestinos, destruir a OLP como entidade nacional. Pode admitir, no máximo, direções

fantoches, manipuladas. Assim, Abū Mussa e os outros "rebeldes" palestinos — como a organização Saika, diretamente controlada pelos sírios — servem de instrumento na divisão da OLP e, agora, na tentativa de sua liquidação física.

Por uma direção revolucionária

Existe uma base real nas críticas feitas à direção de Arafat: a burocratização da OLP e, principalmente, o rebaixamento de seu programa, aceitando, na prática, o reconhecimento de Israel e a criação de um estado palestino subordinado à Jordânia.

O motivo disso é que a direção da OLP se apoia na pequena e média burguesia palestina, que está interessada num lugar para viver sossegada, e só. Arafat não é um dirigente revolucionário. Mas, como um burocrata sindical que não leva a fundo as reivindicações dos trabalhadores, mas defende com unhas e dentes o sindicato ameaçado, assim também Arafat não se presta à tentativa de destruição da nação palestina.

Apesar das vacilações de sua direção, a OLP representa a totalidade do povo palestino, e como tal deve ser defendida contra quaisquer ataques a sua unidade, sua autonomia e sua própria existência. É na defesa da OLP como organização independente que poderá se constituir uma nova direção, capaz de levar adiante a luta dos palestinos, unindo-a à explosão do proletariado israelense (que já começa a se manifestar de forma massiva) e abrindo caminho para a revolução das massas árabes.

O "acordo global" desejado pelo imperialismo, pela burocracia soviética e pelas burguesias árabes não é saída para a situação do Oriente Médio. A única solução possível é aquela expressa na carta de fundação da OLP: o fim do estado sionista e a criação, em seu lugar, de um estado palestino laico e democrático, apontando para a constituição de uma Federação de Repúblicas Socialistas do Oriente Médio.